

ISTVÁN RÁKÓCZI*

Dois capítulos sobre a tolerância e intolerância religiosas na Transilvânia (sécs. XVI e XX)

Two chapters of religious tolerance and intolerance in Transylvania (16th and 20th centuries)

Introdução

A versão que se apresenta agora para as Actas do Colóquio Internacional *Martinho Lutero e o novo rosto político-religioso da Europa* difere em vários pontos daquela comunicação apresentada pelo seu autor, por achar aqui encontrar um espaço maior e conveniente para explicar algumas daquelas premissas de que fez uso e que estavam e estão subjacentes ao tema tratado. Embora pareça simplista, estou em crer que o fenómeno da tolerância religiosa e respectivas dissidências da chamada quarta *religio precepta* da Transilvânia, ou seja, o unitarismo, bem como as ramificações denominacionais do protestantismo, não são explicáveis sem traçarmos primeiro um sucinto mas imprescindível quadro geral dos fenómenos que caracterizavam a Europa Central já muito antes, em simultâneo, ou mesmo depois da reforma luterana em relação às suas atitudes religiosas. Mas surge logo aqui uma primeira pergunta: de que país se trata, já que a Monarquia Húngara medieval em 1541, depois da batalha de Mohács perdida para os turcos (1526), fica tripartida numa zona de ocupação turca, a chamada Hungria “real”, sob influência imperial habsburguesa, e o chamado Principado da Transilvânia, que sempre na órbita da Monarquia Húngara conheceu várias autonomias históricas, serviu então como um *cordon sanitaire* entre o Império Otomano e a *Res publica christiana*? Ora, os processos de transformação operados em

* Eötvös Loránd University, Budapeste, Hungria; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.
E-mail: rakoczi.istvant@btk.elte.hu.

cada qual destas entidades político-culturais eram diferentes no que diz respeito à prática da religião e da recepção da religião reformada, conhecendo uma evolução muito particular em terras da Transilvânia, como iremos ver. Sem ser mais uma vez redutor, devemos focar também alguns fenómenos de identidade linguístico-cultural que, como será observado no seu lugar, estão subjacentes ao avanço do luteranismo nas terras da Europa Central. A propagação das teses luteranas é inseparável da presença de antigos colonos alemães – um componente mais cidadão e letrado, maioritariamente burguês, mais livre e empossado, o que deve remeter-nos para uma primeira observação preliminar.

Um *Drang nach Osten* medieval

A imigração de colonos alemães conhece várias etapas. Uma primeira vaga chega à Hungria nos séculos XI-XII: trata-se dos *hospites Teutonici* dos documentos régios, que se distinguem dos outros *hospes* numa base étnico-jurídica. Este grupo de colonos, que encontra uma fixação territorial sobretudo em duas regiões – Hungria Setentrional e Transilvânia –, conta com o privilégio da livre eleição dos seus párocos nas suas comunidades. São “reguengos” e portanto contam com a protecção e tutela do monarca. A segunda vaga de colonos alemães, já depois da assolação tártaro-mongólica de 1242, é composta por camponeses que chegam no momento certo para preencher um vácuo populacional, instalando-se em feudos privados. Entre os seus privilégios, cabe destacar o da fundação de cidades. Daí resulta podermos falar duma precoce burguesia cidadina alemã, que nos séculos XIII-XIV veio construir uma jurisdição própria, o chamado “direito saxónico”. Um curioso complemento deste grupo são os colonos que acompanham a Ordem Teutónica na Hungria, os quais, a partir de 1224, passam a estar sob protecção papal. Pese embora o facto de constituírem um património directo do Papa, os avultados domínios da Ordem não se traduzem aqui – ao contrário do que sucede no Báltico – nos fundamentos dum Estado autónomo, antes se inserirão naqueles vastos grupos de colonos alemães que recebem uma propriedade feudal enquanto grupo e não enquanto indivíduos. É neste ano que surge o decreto que, durante mais de 650 anos, constitui o marco dos privilégios e da autonomia dos alemães, o chamado *Anderanum* (isto é, a carta de privilégio de André II). Sobre este documento reparemos por agora num assunto que toca à religião: a dízima não é paga ao bispo de Gyulafehérvár (hoje Alba Iulia, na Roménia), mas sim aos próprios párocos. Uma outra característica é a aplicação do modelo socioterritorial do Reno médio, a chamada *Markengenossenschaft*, que, utilizando parcelas de terras iguais, impede uma estratificação interna. Na sua maioria, os alemães são camponeses ou mestres livres com uma presença de mercadores burgueses abastados e favorecidos pelas rotas comerciais do eixo danubiano. Na hierarquia interna surge a figura do alcaide municipal de Nagyszeben (hoje Sibiu, na Roménia), que passa a chamar-se *comes saxorum*, enquanto a autonomia de que beneficiam os colonos alemães se denominará *universitas saxorum*¹.

1 Neste subcapítulo fomos guiados sobretudo pela monografia-síntese de Zoltán Ács (1986, 43-52).

Uma religião alemã

A Reforma espalha-se tanto na Hungria como na Transilvânia, propagando as teses luteranas por via das cidades alemãs e dos seus habitantes alemães. Por conseguinte, os documentos da época falam em relação aos luteranos (na terminologia oficial actual a Igreja Evangélica) como a religião alemã, enquanto a orientação helvético-calvinista (Igreja Reformada) é designada “religião húngara”. Os primeiros ventos da Reforma sopram quase ao mesmo tempo em Buda, Kassa (hoje Košice, na Eslováquia), Nagyszeben (hoje Sibiu, na Roménia), Brassó (hoje Braşov, na Roménia) – em alemão Ofen, Kaschau, Hermannstadt e Kronstadt, respectivamente – numa primeira e incerta fase de transição entre os anos 1520 e 1540. Em 1525 as cortes decretam ainda que “todo o luterano deve ser extirpado do país, seja clérigo ou secular, que fique preso e queimado”. Nesta altura 85% do total da população do país eram católicos romanos, pertencendo o resto do país à ortodoxia greco-oriental (ou a diferentes heresias duma tradição anterior à Reforma) e ao judaísmo. Os primeiros pregadores da Reforma são alguns frades franciscanos, vindos da Silésia, como Sudasser, que segundo a tradição prega as teses de Lutero já em 1517 em Nagyszeben. Em Buda, János Kresling e o boémio (ou morávio) Conrad Cordatus contam primeiro com a protecção da infanta Maria (a futura Marie de Hongrie), mas depois conhecem a prisão, tal como outros pregadores “ambulantes”. A contribuição de Cordatus para a história da Reforma universal será importante, se bem que já não na Hungria, pois tornar-se-á colaborador directo do próprio Lutero². Outros pregadores têm uma origem académica, como Mátyás Dévai Bíró, um “católico muito devoto” que passou a ser um “protestante de primeira ordem”³, e de quem o livro de matrículas da Universidade de Cracóvia onde cursou conserva uma curiosa nota marginal: “este levou a peste de Lutero para junto dos húngaros e é o homem do pecado e do perigo”⁴. Tal pregação será complementada por Mihály Sztárai, um génio organizador que funda 120 congregações, e por Márton Kálmáncsehi Sánta, temidíssimo *debateur* e apologeta das posições da Reforma⁵. Nos finais da década 1550 as estatísticas invertem-se na Hungria e as confissões protestantes representam já 75-80% da população do país, restando apenas 20-25% de católicos⁶.

2 A história da teologia protestante salienta que as influências directas dos próprios fundadores teóricos das mais importantes correntes da Reforma foram escassas, sendo que tanto Lutero como Calvino exerceram a sua influência muito mais através dos seus discípulos: Melancton (luterano), Ulrich Zwingli, Heinrich Bullinger e Theodore de Bèze (calvinistas), mas também Miguel Serveto, cujos discípulos encontraram um refúgio na Transilvânia. Ver Magyarország története 3/1 (1526-1686), monumental História da Hungria, cujo editor principal é Pach Zsigmond Pál e a redactora R. Várkonyi Ágnes (Budapeste: Akadémiai Kiadó, 1985). A obra reúne capítulos dos melhores especialistas da matéria tratada (à semelhança do Dicionário da História de Portugal). A autora dos capítulos citados – doravante Magyarország története 3/1 é Péter Katalin. Cf. p. 518.

3 Szerémi 1961. A edição da crónica coeva dos acontecimentos deve-se a Székely 1961, 432.

4 Este sábio pregador de débil saúde preferiu levar uma vida de perseguido, que terminou em 1545, curiosamente identificando-se, no final da vida, com a linha helvética da Reforma. Sobre o seu papel e importância na história da literatura húngara, realçamos que é autor dum tratado ortográfico e de vários títulos morais e apologeticos luteranos Cf. www. <http://mek.oszk.hu/02200/02228/html/01/207.html> (consultado em 07-01-2018).

5 Cf. Magyarország története 3/1 (1526-1686), 514-515.

6 *Ibidem*, 520.

A Transilvânia: três povos, três nações, quatro religiões

O principado da Transilvânia desta época apresenta um quadro político-cultural plural, cujo mosaico, tanto do ponto de vista da sua etnicidade como dos estatutos jurídicos dos seus componentes, era muito diferente, facto que, por seu turno, tivera uma repercussão directa também nas religiões professas. No que diz respeito às suas bases políticas, os termos “três povos” e “três nações” estão longe de coincidirem, já que a Transilvânia possuía três grupos étnicos principais, a saber, o húngaro, o romeno e o alemão (saxão). Acontece porém que o grupo maioritário dos húngaros se desdobrava em duas “nações”, ou seja, em dois grupos detentores dum estatuto jurídico-político diferente nas cortes da Transilvânia: o dos húngaros e o dos *székely* (*seculi* na documentação em latim), categorias políticas em que o povo romeno esteve integrado até basicamente 1848, quando avança para o terreno político com as suas reivindicações próprias⁷. A Reforma atinge primeiro as cidades e os germano-falantes e numa geração – entre 1530 e 1560 – consegue prevalecer entre os alemães “saxões”. A língua utilizada é o alemão, tanto no púlpito como nas escolas públicas, formando-se a primeira congregação em 1544 em Brassóvia⁸. Uma política tolerante, que respeita as hierarquias autárquicas e de autogovernação, permite a criação duma igreja “nacional” luterana. Vejamos num único exemplo a propagação deste culto entre os húngaros em Kolozsvár (hoje Cluj-Napoca, na Roménia), onde o pároco católico Kaspar Helth, admirador de Lutero, se casa em 1544, levando consigo grande parte dos seus antigos fiéis desta cidade. Estes, sendo na sua maioria húngaros, vão passar a ouvir o culto na sua língua materna, mas segundo uma liturgia luterana. Kaspar Helth passa a assinar o seu nome como Heltai Gáspár, pregando e escrevendo em húngaro⁹. Em 1550 funda uma tipografia para publicar em húngaro a Bíblia e faz-se rodear por um círculo intelectual em que sobressai Franz Hertel, que o protestantismo húngaro conhece com o nome de Dávid Ferenc, o qual, em 1554, formará com os seus

7 Os números estatísticos da sua demografia não são nem precisos nem fiáveis para esta época. Vasile Lupu, o príncipe de grande talento da vizinha Moldávia, calcula, numa carta dirigida à Porta escrita em 1650, que os romenos são um terço do total da população. Deste modo, em meados do século anterior, podemos afirmar mais realisticamente que talvez tenham constituído um terço da população transilvana, ocupando-se de actividades agropastoris e morando prioritariamente nas zonas montanhosas. Em 1713-14 aparece a população transilvana num documento da chancelaria imperial habsburguesa, calculando 47% de húngaros, 34% de romenos e 19% de saxões. Existem, de forma fragmentária, outras etnias também albergadas na Transilvânia, como os sérvios, que se refugiavam dos turcos, elemento militar e comercial eslavo de credo ortodoxo, gregos e arménios, refugiados também, além dum pequeno número de judeus protegidos pelo príncipe Gábor Bethlen. Os húngaros ocupam fisicamente a parte plana e as colinas do principado, ao passo que os alemães dominam as cidades. Cf. Trócsányi, Zsolt: <http://www.tankonyvtar.hu/en/tartalom/historia/86-02/ch04.html> (consultado em 07-01-2018).

8 Cf. sobre Honterus a recente síntese de Gudrun Liane Ittu 2016, 95-112.

9 Heltai destaca-se com as suas Cem Fábulas, mas também com a obra *Háló vagy Hispánia Vadászáság*, isto é “A Rede ou a Caça Hispânica”, traduzida do *Sanctae Inquisitionis hispanicae artes*, cujo autor se esconde debaixo do pseudónimo Reginaldus Gonsalvius. Trata-se dum bestseller da época, com edição inglesa em 1568, alemã e flamenga em 1569, seguida da húngara em 1570. A importância desta obra reside em ser a primeira a denunciar e divulgar nos países protestantes os horrores da Inquisição, sendo também a primeira em cujo prólogo Heltai assume a sua nova posição unitária. Cf. Ádam 1985, 134-160.

fiéis húngaros uma igreja luterana “húngara” independente da alemã. Quando é eleito bispo, ainda funciona o mosteiro franciscano nesta cidade, para onde os católicos serão condenados a recuar, cedendo o espaço espiritual para a afirmação e confessionalização das diferentes tendências do protestantismo. O caso de Dávid Ferenc será particularmente interessante para demonstrar também que se trata, no que respeita à maioria dos novos teólogos neófitas da Transilvânia, duma busca e “demanda” espirituais que, associadas a uma teorização e interiorização pessoais da sua fé “em construção” e em sucessiva evolução, são sempre impactadas pelas novas correntes que encontram aqui um espaço de afirmação¹⁰. Tais factos são indissolúveis duma notável efervescência e abertura religiosas¹¹, onde se difundem e se generalizam novas ideias num contexto de aceitação e enquadramento políticos muito especiais.

O principado de János Zsigmond e o antitrinitarismo

Se é certo que Lutero não poderia ter posto em prática as suas teses sem o apoio de Frederico, o Sábio, o terceiro deste nome entre os Eleitores da Saxónia, podemos dizer, por analogia, que, sem o padroado permissivo e tolerante de János Zsigmond no trono do principado, entre 1562 e 1571, nunca teria havido uma pluralidade e um convívio tão *sui generis* de credos e pregadores. Ao contrário do que se verifica na Hungria, e mesmo dos países da Europa ocidental de maiorias protestantes, na Saxónia cria-se um modelo político-religioso muito peculiar. A mais importante das características é o facto de os príncipes se investirem no papel de intendentess seculares das igrejas protestantes. János Zsigmond, que tinha sido conscientemente educado como católico, tem uma primeira conversão, que tanto pode ser explicada pela abertura espiritual proveniente das vicissitudes duma juventude atribulada, como pela influência do pregador calvinista Méliusz Juhász Péter, como ainda pelas circunstâncias políticas. Nos finais dos anos 1540

10 O próprio Dávid Ferenc abdica do seu posto de superintendente da igreja luterana húngara para passar para o lado dos calvinistas, levando com esta sua decisão à integração dos seus seguidores húngaros, moradores das cidades, na outra corrente protestante “concorrencial”. De resto, as barreiras organizativas e confessionais nem estavam estabelecidas, nem eram intransponíveis nos anos 1560. Passando a ser capelão do príncipe János Zsigmond, Ferenc conhece o médico da corte Giorgio Balandrata, seguidor de Miguel Serveto, e no seu subsequente itinerário confessional vai abraçar o ponto mais radical da Reforma, o antitrinitarismo, que consegue organizar-se em moldes nacionais entre os fiéis húngaros, chamados unitários em 1568. Kolozsvár torna-se um dos últimos refúgios (juntamente com a Polónia, posteriormente ligada por laços dinásticos a vários príncipes transilvanos) onde Johannes Sommer, Cristian Franckel e Jacobus Pelologus exercem a sua actividade e atracção intelectuais. Cf. Magyarország története 3/1 (1526-1686), p. 529 e, para o caso da Polónia e das suas relações particulares com a Transilvânia, cf. a obra de Szczyucki 1980 (série Humanizmus és Reformáció [Humanismo e Reforma]).

11 A Reforma deixa intacta as suas estruturas, mas não sem também uma muito positiva influência na igreja ortodoxa romena. János Zsigmond (1541-1571) decreta que se prefira como língua litúrgica o romeno em vez do eslavo eclesiástico praticado. Não é difícil reconhecer neste desejo uma atitude de proselitismo de feição protestante, onde o culto e a liturgia em línguas nacionais são apoiados também pelas fortes armas da Reforma como são a escola e a tipografia em línguas vernáculas. Sobre os aspectos linguísticos, cf. Tulbure 1918. Az első román Biblia-fordítások: tanulmány az egyházi román nyelv történetéből (As primeiras traduções da Bíblia para o romeno, um estudo sobre o romeno litúrgico). Nagyvárad: Sonnefeld A.

produz-se uma maioria protestante da dieta (isto é, dos representantes das ordens políticas das cortes) e em Maio de 1556 dá-se a secularização das propriedades eclesiásticas católicas. O príncipe tem um gesto político para com esta elite política, aceitando um vínculo religioso comum, muito explicável pelo contexto de intrigas, conspirações e negociações internacionais e de foro interno. Com este gesto audaz, de 1562, a política que visa reestabelecer a popularidade gasta de János Zsigmond recebe uma ferramenta operacional de extrema utilidade, factor que nos parece muito menos pertinente aduzir aquando da sua segunda mudança de religião, em 1569, quando, na Disputa de Várad, em vez de refutar os antitrinitários, abraça estas teses, humilhando mesmo o seu capelão e anterior mentor. A posição vencedora na disputa teológica não nasce em terras transilvanas, sendo antes elaborada por pensadores italianos que, depois da perseguição após a morte na fogueira do “pai moderno” desta velha teologia ariana, Miguel Serveto, encontram um refúgio em longínquas terras leste-europeias, as quais por seu turno influenciam os teorizadores desta congregação¹². A principal novidade desta corrente, o chamado “unitarismo”¹³, que se considera aliás uma das denominações protestantes, reside, não na sua implantação, mas sim na sua inclusão como uma das quatro religiões oficialmente aceites (o que aparece nos documentos coevos em latim como *religio praecepta*). O fundador da confissão transilvana afirma: “Do ponto da vista da fé [...] não existe nenhuma diferença, pois Cristo, mandado pelo Deus Pai para este mundo, não fez senão proclamar a sua vontade”¹⁴. Como porém não podia deixar de acontecer, as diferenças práticas estavam subjacentes, não em relação à divindade de Cristo, mas sim em relação à eucaristia e ao baptismo que praticavam. Mesmo assim, não foram excluídos dos credos cristãos, já que, embora tenham negado a eterna divindade de Cristo, acreditavam na sua redenção e na justificação pela fé, Verbo¹⁵ comum de todas as confissões reformadas. Esta Igreja – com uma continuidade até aos nossos dias tanto na Europa

12 Parece ser um exemplo da “predestinação”, tão debatida aliás por Matthias Vehe-Glirius, a forma como se dá o encontro deste jovem teólogo de Pfalz com o antitrinitarismo. Acontece que livres-pensadores do Norte da Itália introduzem em terras polacas estas teses em meados dos anos 1560, materialmente através de livros publicados na Transilvânia. Em 1570 chega por sua vez à Universidade de Heidelberg uma comitiva polaca – na qual, à semelhança de Pfalz, as teses do calvinismo encontraram uma ampla aceitação – a solicitar que lhe seja refutada esta tese tão perigosa por ferramentas teológicas. As publicações antitrinitárias produzem porém um efeito totalmente contrário. Johannes Sylvanus, Adam Neuser, Matthias Vehe – um grupo intelectual de calvinistas radicais –, engajados numa paralela luta entre o Conselho do Príncipe e o Conselho Confessional em Pfalz, passam a ser adeptos do antitrinitarismo, que deveria ser refutado precisamente por eles. Em 1572, Johannes Sylvanus é condenado e executado por traição, e os outros elementos do grupo suspeito recebem amnistia sob condição de nunca mais porem os pés em Pfalz. Adam Neuser refugiar-se-á na Transilvânia, mas segue pouco tempo depois para Constantinopla, onde se converte ao islamismo. (Sobre o seu caso peculiar – cabeça dum poderoso lobby antitrinitário no Império Otomano, cf. Burchill 1989, 107-156.) Mathias Vehe-Glirius chega à Transilvânia em 1578 e participa em disputas religiosas, onde transpõe para discurso antitrinitário a sua obra teórica.

13 Nos primeiros tempos, também fora chamada de “religião de Kolozsvár”, fazendo menção à cidade que servia de centro ao movimento.

14 Dávid 1943, 48.

15 Hab, 2:2/b numa leitura do apóstolo São Paulo (Ep. aos Romanos 1:10, 10:10) em que se fundamenta Lutero.

Central como nos Estados Unidos de América – tinha dois atractivos: por um lado, a caridade e o visível amor fraternal ao próximo, por outro uma posição intelectual que nunca foi senão uma “oposição espiritual”. Estes elementos eram em si atraentes para intelectuais e certas camadas políticas elitistas, que se serviram desta Igreja como sua porta-voz. A fragilidade desta confissão patenteia-se na cisão que abala as estruturas da igreja criada pelo seu fundador, Ferenc Dávid¹⁶, que, em 1578, se confronta com o doutor Balandrata, teólogo leigo e médico de príncipes. A tragédia pessoal do fundador, renegado pelos seus próprios fiéis, termina em 1579, mas provavelmente nem com este sacrifício se teria podido salvar a congregação, presa a uma imagem cada vez mais dene-grida, por razões políticas, do seu apóstolo.

Ecclesia semper reformanda est

Os turbulentos anos de 1570 na Transilvânia caracterizam-se por um maior grau de confessionalização¹⁷ disciplinadora entre os luteranos – que fecham as suas portas a correntes inovadoras –, facto que confere um certo protagonismo político-social aos calvinistas, cujas correntes se cristalizam em disputas públicas abstractas em matéria litúrgica e/ou teológica. Vimos o caso dos unitários, que conseguem a sua aceitação política e social, chegando a ser incluídos e classificados entre as chamadas *religiones praeceptae*. O multiconfessionalismo, ou se quisermos, e mais propriamente, a pluralidade denominacional, também não é um fenómeno desconhecido em outras partes da Europa pré-moderna; contudo, o seu elevado número e o exercício legalmente equidistante constituem um aspecto bastante peculiar. Os príncipes, sempre que empossados, juram respeitar esta tolerância religiosa na Transilvânia, o que na avaliação dos estudiosos da matéria constitui um contramodelo para o paradigma de confessionalização praticado na Europa ocidental. O antitrinitarismo percorreu toda a Europa como uma tempestade, deixando as suas marcas em registos diferentes, desde a filosofia até à vida quotidiana, passando pela história da cultura numa forma geral¹⁸, e criando ainda raízes no Leste da Europa Central. Quando a corrente antitrinitária da Reforma se pôde constituir como uma religião aceite, a sua edição transilvana específica (isto é, a Igreja Unitária) – que, do ponto de vista dogmático, nos seus elementos básicos e na sua retaguarda intelectual era oriunda do Ocidente europeu – conheceu o afluxo dum considerável número de livres-pensadores de toda a Europa, tais como Joham Sommer, Adam Neuser, Christian

16 Teólogos e historiadores concordam em ver nele aquele intelectual que redige a versão final do decreto de Torda, a ser tratado no próximo subcapítulo. O único exemplar original existente hoje em dia conserva-se no Arquivo de Nagyszeben (Archive Nationale Filiale Sibiu – Szeben megyei Állami Levéltár (nagyszebeni Szász Levéltár). Cf. <https://lnyr.eleveltar.hu/mnlquery/detail.aspx?ID=21309> (consultado em 14 de Janeiro de 2018).

17 Na minha palestra debrucei-me sobre este fio interpretativo da historiografia alemã da Reforma, que, quanto à sua aplicabilidade no caso da Hungria, foi estudado por Balázs 2014, 5-26.

18 Como se sabe, a filosofia e o amor da liberdade dos antitrinitários vieram exercer uma forte influência sobre os conceitos de tolerância nos séculos posteriores, como no caso do deísta Gotthold Ephraim Lessing por exemplo, cujo Nathan, o Sábio (Nathan der Weiser) é paradigmático, pois redescobre Matthias Vehe-Glirius.

Francken, Jacobus Paleologos ou Matthias Vene-Glirius, sendo este último o que aliás mais nos interessa no que diz respeito aos chamados *sabatarianos*. Encontrando refúgio na Transilvânia em 1578, Vene-Glirius publica a sua obra-prima *Mattanjah* em 1580. Os sabatarianos, em boa verdade, não se viraram para a religião judaica, pois apenas pretendiam ser cristãos “mais justos”: a sua ideologia encontrava-se a meio caminho entre o cristianismo antitrinitário e o judaísmo rabínico, sendo que o seu gesto pode ser interpretado como a última vaga da Reforma. Esta dissidência do unitarismo era apenas uma das correntes desta igreja – bem mais radical do que a do “nonadorantismo”, ou as formas menos extremas duma cristologia mais tradicional. Na sua essência, o seu credo tinha a ver com o dos ebionitas¹⁹, pois Jesus, embora admitido como o Messias prometido, era para eles apenas um homem, que voltaria a reinar precisamente nesta sua condição, a humana. Os sabatarianos reúnem na sua prática costumes das seitas judaicas quanto à purificação, baptismo e anabaptismo, sendo que para a salvação, segundo professam, deve-se cumprir a lei de Moisés e cultuar o sábadó também²⁰.

Judaizare, sabbatizare, rabbinizare

Existe uma união e uma diferença dialécticas entre as duas religiões, a judaica e a cristã, expressas através da imagem da oliveira e do zambujeiro pelo apóstolo São Paulo (Epístola aos Romanos, 11, 11-25). Acontece portanto que o judaísmo é ideologicamente independente, enquanto o cristianismo se nutre essencialmente do Antigo Testamento, pese embora o facto de que a sua fé e mandamentos se fundamentam no Novo Testamento. Daí que o relacionamento com as suas “nascentes” ao longo dos séculos tenha sofrido e atravessado uma série de interpretações de índole muito variada relativamente ao que é o “judaico”. A definição de “judaizante”, um lugar-comum nas recíprocas acusações dos movimentos da Reforma, conhece uma longa história até o termo assumir no século XVI um carácter vago e indefinido tornando-se cada vez mais complexo e pejorativo. Na Antiguidade existia já uma primeira divisão entre os judeus, os *jehudi*, nome colectivo daqueles que professam a religião judaica, e os *mitjahed*, que por comodidade podemos traduzir por proselitas: não-judeus quanto à sua origem mas que, por motivos políticos (Ester, 9, 17), “se fizeram judeus”; outros, que passam a aceitar esta religião por motivos ético-morais e cujo paradigma seria o caso da morabita Rute, para mencionar apenas um exemplo veterotestamentário. Numa acepção que lhe é conferida pela Septuaginta, preserva-se no grego este significado positivo, que se “neutraliza” porém em Josephus Flavius, numa constatação do facto de que há “quem viva e se comporte à maneira dos judeus”. Julgado desnecessário, não tratamos aqui o caso dos marranos e dos cristãos-novos ibéricos, sem contudo deixar de apontar quão problemático seria o “caso de

19 Ebion significa pobre, na acepção do Sermão da Montanha, onde os pobres são os “mendigos do Espírito”; assim é chamada a seita judaico-cristã que em 1566-67 se refugia a leste do rio Jordão. Curiosamente, esta seita influenciou mais o Islão do que o Cristianismo, pois Maomé conhecerá o cristianismo precisamente por seu intermédio.

20 Adriányi 2001, 42.

Cornélio” (Actos, 10). O baptismo deste último levaria o apóstolo Pedro a justificar-se perante a Igreja, o que daria origem a que se fixassem os preceitos por que se orientam os cristãos da “circuncisão” e os neocatecúmenos. Na Epístola de São Paulo aos Gálatas (II/14), constatamos a dificuldade de adaptar aquilo que fora acordado pelo “sínodo” de Jerusalém a uma prática diária, como é o caso do termo *judaizare*, carregado de significado reprovativo, por alguns neófitos seguirem ritos e modos de vida judaicos entre aqueles que tinham aceitado entre os pagãos (etnias) a nova fé. O sínodo de Laodiceia (364) considerava reprovável que tais práticas fizessem parte do culto do sábado, donde o termo *sabbatizare*, que dá origem também ao nome dos sabatarianos transilvanos, cujos nome e denominação originariam discussões aceras do foro científico. Neste ponto abandonamos mais exemplos citados do magistral estudo de Dán Róbert²¹, onde o autor faz uma ligação entre as acepções bíblicas e o século XVI, para concluir que os sabatarianos, que sem sombra de dúvida pretendiam apenas seguir uma cristandade novo-testamentária “verdadeira”, “isenta de distorções”, acabaram por voltar ao ponto de origem da questão que dividira desde sempre o judaísmo e a sua “seita cristã”.

A novidade ideológica do “sabatarianismo” reside em ser um sistema ideológico que resulta duma fusão intencional dos ensinamentos judeus e cristãos e que, ao contrário das correntes anteriores, assume a interiorização das tradições judaicas, mantendo-se por seu turno fiel ao mínimo da fé cristã de que Jesus é (=) o Messias.

A recepção positiva dos sabatarianos terá muito provavelmente que ver com um conceito de igualitarismo social do Antigo Testamento com que se identificavam, fenómeno subjacente também aos êxitos de movimentos leste-europeus paralelos²², dos ‘субботник’²³ da Rússia, e dos seus equivalentes polacos e boémios, respectivamente. Na Transilvânia, esta corrente dissidente dos unitários conhece uma liturgia, obras de edificação teológica e mística, bem como hinos pela mão dum dos hebraístas mais cultos da época, Simon Péchi, que viria a desempenhar altas funções na administração da corte. A sua queda política implicou também o dealbar do crescimento desta corrente e a dinâmica dos seus adeptos.

Liberdade de consciência *versus* tolerância religiosa: o Decreto de Torda (1568)

Sabemos que a Reforma de Martinho Lutero introduziu a pluralidade religiosa no seio duma cristandade monolítica, produzindo guerras religiosas entre a Igreja de Roma e as novas igrejas. Dada a impossibilidade de decisão pelas armas, a paz religiosa de Augsburgo, embora reconheça a Igreja Luterana, apenas viabiliza um único convívio: não há coexistência numa mesma entidade governativa, nela podendo existir apenas

21 Dán 1982, 25-34.

22 Para o caso dos sabatarianos da Boémia, cf. Hasel 1967, 101-121.

23 O termo veio a adquirir um significado completamente diferente nos tempos do comunismo, passando a ser um sábado livre laboral, quando, na URSS, as pessoas ofereciam este dia de descanso e de lazer “voluntariamente”, pelo menos uma vez por ano, por volta do dia de nascimento de Lenine (22 de abril).

uma delas; permite-se porém ao súbdito que professe uma fé diferente sair desta entidade política adversa. Passam-se cem anos e, na paz de Vestefália, não apenas se reconhece a Igreja Calvinista, como também, posto que se dá conta de que o conceito de “um país – uma religião” é irrealizável na prática, surge o conceito do *cuius regio-eius religio*, que reparte o territorialmente uno (senhorio, cidade, província, país) para deixar que coexistam pluralidades denominacionais opcionais e paralelas. Cromwell decreta em 1653 a igualdade das confissões no Parlamento britânico – não numa base de consciência religiosa, um conceito aliás posterior, mas sim para assegurar a unidade da sociedade. Nesta lista de credos emancipados não figura o unitarismo, precisamente aquela Igreja que, precedendo quase um século esta expressão praticista do poder do Ocidente, permite preconizar, num espaço religiosamente plural e politicamente compartilhado da periferia da Europa Oriental, um conceito que, antecedendo também o Édito de Nantes (1598), não evita fricções sociais decorrentes de alteridades religiosas, mas impede o uso das armas em defesa da sua própria religião²⁴. Por outras palavras, surge *avant la lettre* uma tolerância religiosa próxima da moderna, cujas características podem ser interpretadas à luz do seguinte excerto do texto de Cromwell.

Que por toda a parte se pregue o evangelho, de acordo com o entendimento que dele se tiver, que a comunidade não seja forçada a aceitar nenhum pregador pela força, senão oiça aquele que mais lhe agradar. Portanto, nenhum superintendente ou outra pessoa qualquer pode fazer mal ao pregador, e nenhum fiel pode ser caluniado pela sua fé, pois esta é dom divino.

Por um lado, temos de destacar que não se trata duma *liberdade de consciência individual*, mas sim duma *liberdade religiosa colectiva*, que, por muito que não coincida com a sua edição moderna, tem porém um sentido positivo, sobretudo se a contrastarmos com as soluções de que se serve sempre uma intolerância posterior. Com a Contra-Reforma vitoriosa na Hungria e na chamada Transilvânia reconduzida para a órbita habsburguesa, por exemplo, com a excepção duma lista de localidades prevista, a *Explanatio Leopoldina* (1691) proíbe o culto público das confissões não-católicas, relegando-as para uma esfera privada²⁵. Uma outra característica da legislação permissiva das cortes de Torda (13 de Janeiro de 1568) é a liberdade de pregação, que vai ao encontro do famoso conceito dos reformadores, segundo o qual *praedicatio Verbi est Verbum Dei*, ou seja, “a pregação do Verbo é a própria Palavra”. Tal prática significa uma absoluta liberdade do próprio pregador²⁶, facto que estaria por seu turno na base da acusação de

24 Cf. Péter 2006, 73-83, e a sua versão inglesa Péter Katalin 1996, 249-261. Cf. ainda Harsanyi 1987, (<https://repository.westernsem.edu/pkp/index.php/rr/article/view/1070>).

25 O comunismo também utilizava este paradoxo, pois a liberdade de consciência individual serviu de véu para ocultar quaisquer manifestações religiosas públicas não controladas ou manipuladas.

26 Desta liberdade “absoluta” foram porém privados os jesuítas, pois em duas ocasiões foram – por decreto do príncipe – expulsos, em 1588 e 1606, embora por razões muito mais políticas do que religiosas. O hiato na nomeação de bispos católicos de Gyulafehérvár (hoje Alba Iulia na Roménia) provém igualmente de problemas de legitimidade e competências políticas concorrentes, já que houve uma duplicidade do *beneficium regium*

que a Transilvânia não passaria duma “confusão de Babel”²⁷. Finalmente, a mais importante característica da *Explanatio Leopoldina* reside na argumentação *exclusivamente* teológica, que não relativiza a atitude do legislador pelas circunstâncias políticas, mas que numa lei laica (e não eclesiástica) aplica a supremacia da fé. Não se trata aqui apenas da exaltação dum versículo bíblico (Epístola aos Romanos, 10:17), mas sim dum princípio que não desdobra a fé em verdades compartimentadas e denominacionais; um princípio que, ao invés, a utiliza de forma a que não hierarquize quaisquer das religiões que pela fé se regem. Trata-se da aceitação prática dum “dom divino” inalienável de todos os fiéis, de que não encontramos paralelismos ocidentais, nem católicos nem calvinistas, com extremos na França do 23-24 de Agosto de 1572, ou no conhecido terror religioso de Genebra²⁸. Concordamos justamente com a avaliação de István Pásztori-Kupán, que classifica esta legislação como o exemplo – quase único²⁹ – duma “tolerância teocrática”³⁰ do seu tempo. Por seu turno, as ditas Igrejas históricas da Transilvânia – católicos, luteranos, evangélicos e unitários –, no 450.º aniversário da proclamação do Édito de Torda acabaram por solicitar aos Parlamentos romeno, húngaro e europeu que o dia 13 de Janeiro fosse proclamado “Dia da liberdade religiosa”³¹. Além destas quatro religiões, que gozam do estatuto de *religio praecepta* desde a dieta de Gyulafehérvár (hoje Alba Iulia, na Roménia) em 1595, foram classificadas como *religio tolerata* os ortodoxos etnicamente romenos com uma organização eclesiástica própria, tal como os sabatarianos *székely*, cuja história deve ser apresentada à guisa de introdução.

então disputado pelos monarcas da Hungria e da Transilvânia candidatos a este cargo, que o papa não pôde e/ou não quis decidir no processo de investidura. Houve no trono da Transilvânia tanto príncipes católicos que respeitavam a liberdade religiosa, como protestantes que faltaram na sua aplicação, um pouco como um “malabarismo” que os príncipes da Transilvânia tiveram de desenvolver entre as pressões de Viena de Áustria e de Istambul.

De qualquer forma, a Transilvânia nunca chegou a ser salpicada de minaretes, e houve um *laissez faire, laissez passer* turco em matéria religiosa, ao passo que o lado católico fez tudo para se vingar do passado, mandando para as galeras os pregadores protestantes numa tentativa de desenraizar estes cultos. Cf. Pásztori-Kupán 2009, 252-286.

27 “Aqui encontrei um caos religioso de tal ordem, que tropecei a cada passo na idolatria”, afirma irónico Conrad Jacob Hildebrandt (1629-1679), um estudante de Teologia de Stettin em visita pela Transilvânia em meados do século XVII. A passagem é citada por Kárman 2014 (número temático sobre a confessionalização), descarregado da Internet em www.korall.org/lapszam/57 em 28 de Janeiro de 2018.

28 O número das vítimas da matança de São Bartolomeu calcula-se em 3000 em Paris e entre 10 mil e 20 mil em toda a França. Theodore de Bèze publica *De haereticis a civili magistratu puniendis* (Lausanne: 1554), onde afirma que a tolerância não passa de vere diabolicum dogma. Sobre o tópico da tolerância, cf. Zagorin 2003, bem como a obra clássica de Kamem 1967.

29 A Confederação de Varsóvia publicada cinco anos depois (1573) não é uma legislação do monarca, mas sim um acordo político que visa e pretende manter a ordem social pela Konfederacja Warszawska. Este documento foi precedido pela chamada Concordata de Sandomierz, em 1570, entre os luteranos, os calvinistas e os Irmãos da Boémia. Na Polónia, fortemente tocada também pelo antitrinitarismo, a Concordata introduz tolerâncias semelhantes, se bem que aplicadas apenas à nobreza, que pode punir os seus servos de gleba em discórdia religiosa. Pásztori-Kupán 2009, 271-280.

30 Curiosamente, esta data quase coincide com o dia da liberdade religiosa norte-americana, 16 de Janeiro, que se celebra desde 2002 (<https://kdnpu.hu/protestans-muhely/vallasszabadsag-napja>).

Os *székely*

Os *székely* (*Siculi* em latim, *Szekler* em alemão, *Secui* em romeno) são uma etnia de origem húngara que desde o século VIII ocupou as terras do Sudeste da Hungria. A maior parte deles vive na Transilvânia, no chamado Székelyföld, *Terrae Siculorum*, *Ținutul Secuiesc*, ou *Szeklerland* nas línguas supra.

Não é objectivo do presente ensaio, nem mesmo sinteticamente, apresentar os *székely*; mesmo assim cabe fazer uma observação preliminar antes de apontar para o facto sociológico do nosso ponto de vista mais importante: é precisamente esta etnia que, ora conserva a religião católico-romana anterior à Reforma, ora se converte com maior frequência ao sabatarianismo, a mais radical de todas as sucessivas vagas da Reforma. A dita *Natio Siculica* é interpretada de formas diversas quanto à sua origem. Há quem a considere uma parte fragmentada residual dos hunos, mas com maior grau de probabilidade é um elemento étnico de fundo turco-nómada, que se junta aos húngaros antes de estes chegarem à bacia dos Cárpatos. Esta ligação reflecte-se na sua organização militar tribal consanguinária, com seis famílias (*gens*) de onde saem os dirigentes da jurisdição interna (*iudex*) e da milícia (*capitaneus*), numa forma estritamente rotativa e que se desdobra alternadamente nos “quatro ramos” de cada qual das grandes famílias. Desde os documentos mais antigos, os sabatarianos usam uma língua fino-úgrica, a mesma dos húngaros, duma forma arcaica castiça. Já no século XVI o poeta húngaro Vilmányi Libecz Mihály evocava num hexâmetro uma constante que ao longo dos séculos caracterizou a relação entre os húngaros e os *székely*. Provavelmente pelo facto de terem permanecido isolados, “tem de ficar atento quem quiser ser elucidado sobre a nossa língua, que se conserva na fala dos *székely* na sua original pureza”³².

Esta entidade étnico-política, a quarta nação transilvana, funciona até 1848, basicamente nos moldes tradicionais supramencionadas. A sua elite (*primores*) contribuía minimamente para a defesa da fronteira com três soldados a cavalo, oriundos da sua família ou por ela pagos, enquanto o grosso das suas tropas era constituído por “cavaleiros” (*primipili*) acompanhados por peões (*pixidari*). Pretendiam assim manter a sua liberdade colectiva (*libertas*), cujo maior privilégio era pagarem um imposto meramente simbólico³³. Quando estas e outras liberdades lhes são retiradas no dealbar do século XVI, surge uma “massa crítica” de gente amargurada e frustrada com o poder do príncipe, que se posiciona fora do esquema social e se sente atraída pelo movimento sabatariano, mais por uma atitude política, nos primeiros tempos, do que por convicção religiosa.

32 A referência ao texto poético encontra-se in: Magyar versek könyve (Livro dos poemas húngaros), ed. Horváth János 1937, 31.

33 As linhas interpretativas supra seguem László e András 1986, 291-296.

Os sabatarianos

Um dos paradoxais elementos que explicarão de certa forma o surgimento deste “avivamento” e radicalismo antitrinitário encabeçado por András Eössi foi uma descoberta idealista e idealizada da lei mosaica, sem a presença física de judeus que à sua volta a tivessem praticado³⁴. Não se trata portanto duma dissidência cristã resolver juntar-se ao *kahal*, uma comunidade rabínica, como prosélita, mas sim dum grupo de intelectuais, na sua apaixonada leitura do Torá, encontrar elementos suficientes de orientação em matéria de fé sem abraçarem o judaísmo, já que aceitam um Jesus Cristo mais judeu do que cristão³⁵. Nesta posição intermédia – para os cristãos judeus e para os judeus cristãos –, não houve uma maior preocupação teorizadora, mas, por efeitos da fixação das datas festivas, houve a necessidade de inventar um calendário próprio para acatar os preceitos da Lei. O salto epistemológico dá-se quando o cada vez maior número de crentes põe em prática e faz uso diário dos conceitos do direito civil e penal veterotestamentários, entre os quais cultivar o sábado é apenas a parte visível do icebergue³⁶. Surgem porém hinos e liturgia próprios no centro da “seita”, em Szenterszébet, domínio feudal de András Eössi, até que o filho adoptivo deste, Simon Péchi, ao traduzir o Torá e redigir um livro de orações, o aproxima ainda mais das suas raízes judaicas, fundamentando um judaísmo *sui generis* posterior à Bíblia e “intertestamentário”³⁷. Marginalizados e estigmatizados na esfera social por motivos políticos, e auto-isolados também por se colocarem fora duma sociedade mais vasta do que a sua, com tradições e teia social que vão ao encontro da sua organização familiar, após 1638, os sabatarianos vêem-se condenados a assimilarem-se (no unitarismo ou sobretudo no catolicismo) e a praticar uma forma especial de criptojudaísmo, que não é estranha ao mundo ibérico do “marranismo”, sobejamente conhecido por uma vasta literatura antropológico-histórica secundária³⁸.

34 Em 1622, os artigos 6 e 7 das deliberações das cortes do príncipe voltam a tratar do assunto de “certos sabatarianos” que, “abnegados” e contra a legislação proibitiva de 1610 e 1612, continuam a praticar a fé “à sua maneira”. Por seu turno, aparece um filo-semitismo político que decreta a liberdade de os descendentes dos judeus ibéricos forçados a renegar a sua fé, isto é, os marranos, voltarem a praticar a sua religião ancestral na Transilvânia. Como sabemos, nesta época só na Turquia e na Holanda estava em vigor um direito semelhante. Cf. Dán 1987. Além desta monografia clássica, recomenda-se a obra de Le Calloch 2009, bem como, para os que preferam o inglês: Bacher 1890, 465-493, acessível também em <http://www.jstor.org/stable/1450168>.

35 O princípio pelo qual se norteiam é tomado de Vehe-Grilius, que sentencia claramente que “dos judeus de hoje só devemos diferenciar-nos no único artigo de reconhecermos em Jesus o Cristo”. In Dán 1987, 72.

36 *Ibidem*, 102. Em matéria de calendário recorre a MSebastian Münster: *Calendarium Hebraicum* (1527) e simultaneamente ficam munidos da argumentação da Mattanjah (1580) de Vehe-Grilius.

37 A preparação intelectual de Simon Péchi (1570-1643) começa na Hungria, na cidade de Pécs, ocupada pelos Turcos, onde até nas ruas da cidade natal podia ter aprendido tanto a língua dos dominantes como a hebraica. Péchi segue, porém, em peregrinação académica durante 18 anos pelo Oriente e Ocidente europeu e torna-se um bom humanista, cujo Psalterium o coloca entre os melhores hebraístas do seu tempo. Importa referir que a estrela política de Péchi sobe, sendo incumbido de missões diplomáticas já nos finais do século XVI junto do príncipe Bocskai, embora seja com Gábor Bethlen que ascenderá à posição-chave de chanceler. Os documentos referem-no “totumfactum”, ou seja, a figura cimeira da administração da Transilvânia. Tanto a sua ascensão como a sua queda políticas em muito contribuiriam para a sorte dos sabatarianos. Cf. Dán 1987, 141 passim.

38 Para uma sintética visão de conjunto, cf. Stuczynski 2000, 355-366.

Em vez de confrontar idênticos e/ou paralelos casos das duas periferias europeias, queria apenas lembrar uma imagem bíblica, a dum *uádi* (leito de rios secos em que as águas correm apenas na estação da chuva), que, nas palavras do profeta (Jeremias 15: 18/b), são “ilusório ribeiro e como águas inconstantes”. A comunidade sabatariana, que durante séculos desaparece da nossa vista, voltará a dar sinais de vida entre os *székely* em 1867, quando é emitida a chamada Lei da Emancipação, isto é, a legislação que equipara o judaísmo, nos seus aspectos jurídicos, políticos e civis, à condição e estado das outras confissões na Hungria. Naquele ano professavam a “seita” sabatariana uns 170-180 fiéis na aldeia que podia considerar-se como o centro desta comunidade, ainda que houvesse também alguns fiéis dispersos nas localidades circunvizinhas. A mudança de estatuto jurídico supra foi interpretada em Bözödújfalú, erradamente, como um sinal de que a assimilação poderia viabilizar-se por via da Igreja Israelita húngara recém-“emancipada”. Tal suposição não estava certa, podendo ser-lhe aplicada o estigma dos marranos: “católicos sem fé, judeus sem saber, e todavia judeu no querer”, interpretada benevolmente, mas com muitos receios por parte das elites judaicas budapestinas³⁹. Desta forma, será fundada uma congregação ímpar em toda a Europa do século XIX, a chamada Igreja Proselita-Israelita de Bözödújfalú, com uma sinagoga, um carnicheiro *kosher* e uma vida comunitária muito próxima da do judaísmo ortodoxo, que desperta no século XX a atenção de escritores e de antropólogos, que visitam a pequena aldeia e lançam a sua fama além-fronteiras⁴⁰. São precisamente estas as fronteiras que precipitam para um fim particularmente trágico a vida dos sabatarianos. A Hungria, que perde com o desmoronamento do Império Austro-Húngaro e a paz que se segue à Primeira Guerra Mundial, por obra do seu revisionismo territorial e apoio ao Terceiro Reich, vai “retomar” em plena Segunda Guerra Mundial o Norte da Transilvânia, anteriormente anexado à Roménia. Sem contar todos os passos do calvário do ano 1944, uma parte dos sabatarianos – a que não se converte, mesmo com um processo facilitado e intimada pelas autoridades húngaras – será deportada pelos nazis para o gueto de Marosvásárhely (Tirgu Mures), sendo-lhe também aplicadas as leis húngaras; à semelhança dos judeus de identidade assumida como tal, seguirá para a morte nos campos de concentração⁴¹. Como último atentado, em 1989, devido à construção duma barragem na era Ceausescu, fica arrasado

39 Lugar da citação: a resenha de Hugo Guerreiro sobre a tradução portuguesa da obra de Nathan Wachtel. Cf. Guerreiro 2007, 271-277. Mesmo assim, são-lhes fornecidos uma Torá e livros de apoio litúrgico, sem lhes permitirem porém escolher um “rabino” local. Para a história moderna e contemporânea da comunidade em húngaro, cf. Pozsony 2009, 141-164; Erdély népei. Szászok, örmények, székely szombatosok, cigányok (As etnias da Transilvânia: saxões, arménios, *székely* sabatarianos, ciganos); Attila e János 2010, 286-395: “Kiapadó búvópatak. Szombatosok az unitárius egyházban 1944 után” (Águas escassas. Sabatarianos na Igreja Unitária depois de 1944). Na moderna historiografia transilvana de edição inglesa, ver Rotaru 2014, 75-84 e Újlaky-Nagy 2014, 135-150.

40 É neste contexto que nasce a melhor síntese teológico-histórica sobre os sabatarianos pela pena de Kohn Sámuel: A szombatosok. Történetük, dogmatikájuk és irodalmuk. Különös tekintettel Péchi Simon főkcancellár életére és munkáira. (Os sabatarianos. A sua história, dogmática e literatura com particular incidência sobre a vida e obra de Simon Péchi), Budapeste, 1889, e mais recentemente, com um jornalismo reflexivo, András 1981.

41 Gyorffy, Tibori-Szántó, Wallasek 2018, 566-585. O estudo foi lançado e disponibilizado no twitter ou em <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0888325417740626> (consultável desde 27-12-2017).

e inundado o vale da aldeia de Bözödújfalú: o oscilante nível das águas deixa de tempos em tempos entrever a torre e a cruz da igreja católica submersa.

A geografia da memória desta alteridade religiosa e a dupla tragédia ficarão perpetuadas, segundo notícias recentes⁴², por um Centro de Interpretação, o qual voltará a reconstruir, com o apoio de estacas e o levantamento de paredes caídas, a estrutura da torre do templo imerso. Os sinos da igreja foram poupados – “não perguntes por quem os sinos dobram”.

Referências

- Ács, Zoltán. 1986. *Nemzetiségek a történelmi Magyarországon*. Budapest: Kossuth Kiadó.
- Adriányi, Gábor. 2001. *Az egyháztörténet kézikönyve*. Budapest: Szent István Társulat.
- Anderle, Ádám. 1985. “La leyenda negra en Hungría en los siglos 19 y 20”. *Trienio* (Madrid) 6: 134-160.
- Attila, Gidó, e Pál János. 2010. “Kiapadó búvópatak. Szombatosok az unitárius egyházban 1944 után”. *Keresztény Magvető* 4: 286-395.
- Bacher, W. 1890. “The Sabbatarians of Hungary”. *The Jewish Quarterly Review* 2(4): 465-493.
- Balázs, Mihály. 2014. “Az alkalmazás dilemmái. A német konfesszionalizációs modell és az erdélyi reformáció”. *Korall Társadalomtörténeti folyóirat* 57: 5-26.
- Burchill, Christopher J. 1989. *Die Heidelberger Antitrinitarier*. Baden-Baden-Bouxwiller: Bibliotheca Dissidentium.
- Dán, Róbert. 1982. “‘Judaizare’: A carrier of a term”. In *Antitrinitarism in the second half of the XVIIth century*, editado por R. Dán – A. Pirnát, 25-34. Budapest-Leiden: [s.n.].
- Dán, Róbert. 1987. *Az erdélyi szombatosok és Péchi Simon*. Budapest: Akadémiai Kiadó.
- Dávid, Ferenc. 1943. *De dualitate*. Kolozsvár: Minerva.
- Gábor, Kármán. 2014. “Egy teológushallható találkozása a felekezeti sokszínűséggel: Conrad Jacob Hiltenbrandt Erdélyben 1656-1658”, *Korall* 57.
- Gudrun Liane, Ittu. 2016. “Johannes Honterus (1498-1549), Humanist, Printer, Professor, Theologian and Religious Reformer of the Transylvanian Saxons”. In *Iglesia, cultura y sociedad en los siglos XVI-XVII*, editado por Rebeca Lázaro Niso, Carlos Mata Indurián, Miguel Riera Font e Oana Andreia Sâmbrán, 95-112. New York: IDEA/IGAS.
- Guerreiro, Hugo. 2007. “WACHTEL, Nathan, a Fé da Lembrança. Labirintos Marranos”. *Cultura* 24: 271-277.
- Györffy, Gábor, Zoltán Tibori-Szántó, e Júlia-Réka Vallasek. 2018. “Back to the Origins. The Tragic History of the Szekler Sabbatarians”. *East European Politics and Societies and Cultures* 32 (3): 566-585. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0888325417740626>.

42 <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0888325417740626> (consultado em 27-01-2018). O autor destas linhas lembra, com alguma saudade, o ano de 1988, quando, precisamente contra os projectos etnocidas do regime comunista vizinho, foram organizadas pela chamada oposição democrática as primeiras manifestações verdes na Praça dos Heróis em Budapeste, que levaram, pouco depois, a uma ténue extinção da Europa dividida por ideologias.

- Harsanyi, Andrew. 1987. "Religious Liberty in Sixteenth century – Transilvanian Style". *The Reformed Review* 40 (2). Disponível em <https://repository.westernsem.edu/pkp/index.php/rr/article/view/1070>.
- Hasel, Gerhard F. 1967. "Sabbatarian Anabaptists in the Sixteenth Century part 1". *Andrews University Seminary Studies (AUSS)* 5.2: 101-121.
- Horváth, János. 1937. *Magyar versek könyve*. Budapest: Magyar Szemle Társaság.
- Kamen, Henry. 1967. *The Rise of Toleration*. New York: McGraw-Hill.
- László, Makai, e Mócsy András. 1986. *Erdély története, Első kötet A kezdetektől 1605-ig*. Budapest: Akadémiai Kiadó.
- Le Calloc'h, Bernard. 2009. *Les Sabbataries de Transylvanie*. Brest: Éditions Armeline.
- Pásztori-Kupán, István. 2009. "Teokratikus tolerancia? A Tordai vallásbéke teológiai üzenete". *Keresztény Magvető* 115. év. 2. szám: 252- 286.
- Péter, Katalin. 1996. "Tolerance and intolerance in sixteenth century Hungary". In *Tolerance and intolerance in the European Reformation*, editado por Ole Peter Grell e Bob Scribner, 249-261. Cambridge: Cambridge University Press.
- Péter, Katalin. 2006 "Tolerancia és intolerancia a 16. századi Magyarországon", *Egyháztörténeti Szemle* 7/2: 73-83.
- Pozsony, Ferenc. 2009. *Erdély népei. Szászok, örmények, székely szombatosok, cigányok*. Kolozsvár: KJNT – BBTE Magyar Néprajz és Antropológia Tanszék, (Néprajzi Egyetemi Jegyzetek 6).
- Rotaru, Ioan Gheorghe. 2014. "The Role of the term "judaization" and "sabbatization" in the history of European and Transylvanian Sabbatarianism". *Studia Universitatis Babeş-Bolyai – Theologia Orthodoxa* LIX, 2, 7: 5-84.
- Sámuel, Kohn. 1889. *A szombatosok. Történetük, dogmatikájuk és irodalmuk. Különös tekintettel Péchi Simon főkancellár életére és munkáira*. Budapest: Magyar Zsidó Szemle.
- Stuczynski, Claude. 2000. "Cristãos-Novos e Judaísmo no início da Época Moderna: identidade religiosa e Razão de Estado". *Lusitania Sacra* 12: 355-366.
- Szcyucki, Lech. 1980. *Két eretnek gondolkodó (Jacobus Paleologus e Christian Francken)*. Budapest: Akadémiai Kiadó.
- Szerémi, György (ed.). 1961. *Magyarország romlásáról*. Budapest: Magyar Helikon.
- Trócsányi, Zsolt. *Három nép, három nemzet négy vallás*. Disponível em <http://www.tankonyvtar.hu/en/tartalom/historia/86-02/ch04.html>.
- Tulbure, György. 1918. *Az első román Biblia-fordítások: tanulmány az egyházi román nyelv történetéből*. Nagyvárad: Sonnefeld A.
- Újlaky, Réka. 2014. "Sabbatarian millenarism". *Studia Universitatis Babeş-Bolyai – Theologia Orthodoxa* LIX (2): 135-150.
- Zagorin, Perez. 2003. *How the Idea of Religious Toleration Came to the West*. Princeton: Princeton University Press.
- Zsigmond, Pach, Ágnes, Várkony. 1985. *Magyarország története 3/1 (1526-1686)*. Budapest: Akadémiai Kiadó.